

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

## RELATÓRIO E PARECER

---

**Projeto de Resolução n.º 106/XII**

**“Medidas de apoio às famílias e à atividade económica da ilha de São  
Jorge na sequência da crise sismo-vulcânica”**

**5 DE SETEMBRO DE 2022**



## INTRODUÇÃO

---

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre o **Projeto de Resolução n.º 106/XII – “Medidas de apoio às famílias e à atividade económica da ilha de São Jorge na sequência da crise sismo-vulcânica”**.

## ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

A apresentação do presente Projeto de Resolução, emanado pelo Grupo Parlamentar do PS, decorre da faculdade legal atribuída aos Deputados, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 9/87, de 26 de março, 61/98, de 27 de agosto, e 2/2009, de 12 de janeiro), em conjugação com o disposto no artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, alterada pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de janeiro).

O Projeto de Resolução em análise cumpre todos os requisitos exigidos pelo artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o qual é aplicável por remissão do artigo 145.º do mesmo diploma.

Assim, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 42.º do Regimento, compete à respetiva comissão especializada permanente apreciar e elaborar o correspondente relatório sobre a presente iniciativa.

Considerando a matéria da presente iniciativa, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Assuntos Sociais, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º



49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

---

**APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE**

---

O proponente, em sede de exposição de motivos, refere que *“Desde o dia 19 de março que a Ilha de São Jorge se vê afetada por uma crise sísmo-vulcânica em que já foram registados mais de 27 mil sismos, dos quais cerca de 230 sentidos pela população;*

*A atividade sísmica registada, em especial, na parte central da Ilha de São Jorge, num sector compreendido entre Velas e Fajã do Ouvidor, é referenciada com números e intensidade muito acima do normal, continuando a ser admissíveis cenários de ocorrência de um sismo de maior magnitude ou a possibilidade de uma erupção vulcânica;*

*Em consequência dessa situação de alarme social, verificou-se naquela ilha, em especial no concelho de Velas, uma deslocação populacional, em que, segundo as entidades públicas responsáveis, cerca de 2.500 pessoas saíram do concelho, das quais cerca de 1.500 por via aérea e marítima, e as restantes deslocaram-se para o concelho vizinho da Calheta;*

*Por outro lado, quer pelas ocorrências sísmo-vulcânicas, quer pela deslocação dos Velenses, esta situação teve e está a ter repercussões a vários níveis, nomeadamente em termos económicos, afetando os setores base da economia Jorgense, desde o cooperativo do queijo ao pequeno comércio;*

*Acresce que, em termos turísticos, esta crise teve impactos imediatos nas reservas, havendo aconselhamento para não realização de deslocações à Ilha de carácter não essencial, mas também a médio prazo com o cancelamento de reservas já efetuadas ao longo do ano;*



*Considerando, por outro lado, que o tecido empresarial ainda não recuperou e que ainda sofre as consequências da crise pandémica da COVID-19, encontrando-se numa situação acrescida de fragilidade e vulnerabilidade;*

*Considerando que o Presidente do Governo dos Açores, a 28 de março p.p., afirmou que o Governo não "ficará indiferente a essa situação", admitindo "a implementação de um sistema para compensar quebras de rendimento e de faturação";*

*Considerando que, contrariamente ao que anunciou, e já tendo decorrido cerca de três semanas desde o início da crise sísmo-vulcânica, e mesmo apesar de variadas intervenções de diferentes entidades representativas já tornadas públicas, o Governo Regional ainda não apresentou qualquer medida de apoio imediato, ou a médio prazo, às famílias, trabalhadores e empresas Jorgenses;*

*Considerando que, neste momento, não só não são conhecidas quaisquer medidas ou, sequer esboços de medidas, tendo sido o assunto remetido, pelas palavras do próprio Presidente do Governo, para um tempo posterior a uma próxima visita deste à Ilha de São Jorge.*

*Considerando que a vida das pessoas e a sobrevivência do tecido económico da Ilha de São Jorge não pode continuar em suspenso de mais ou menos atenções ou reflexões em futuros Conselho do Governo e que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tem legítimas competências políticas para liderar o debate desta matéria;*

*Considerando que, mesmo que a crise sísmo-vulcânica que assola a ilha de S. Jorge terminasse hoje, há impactos que já ocorreram e outros que se estenderão a curto e médio prazo, tornando-se imperativa a criação e implementação de medidas de apoio público direcionadas às famílias e ao tecido empresarial da Ilha de São Jorge;*

*Considerando que, neste momento, pelo menos enquanto o Governo Regional não efetivar o pagamento dos apoios extraordinários a que se candidataram as empresas Jorgenses, no âmbito da crise pandémica provocada pela SARS-COV-2, a criação de uma linha de crédito dedicada, entre o conjunto de soluções a apresentar, pode não se constituir como uma medida realmente eficaz a que as empresas possam recorrer, face a um contexto de falta de liquidez resultante de dois anos de retração" e propõe "1 -*



*Recomendar ao Governo Regional dos Açores, em defesa do princípio fundamental da solidariedade e da coesão territorial na Região Autónoma dos Açores, a implementação, urgente, de um programa específico de apoio às famílias, trabalhadores e empresas da Ilha de São Jorge, no âmbito da crise sísmo-vulcânica, que contemple as seguintes medidas:*

*a) Medidas de apoio às famílias:*

*(i) Apoio a 100% ao arrendamento promovido por agregados familiares deslocados, na sequência da crise sísmo-vulcânica, pelo período de ausência da respetiva habitação permanente;*

*(ii) Isenção do pagamento de rendas da Habitação Social, pelo período de ausência da respetiva habitação permanente, localizada no concelho de Velas;*

*(iii) Reforço de 30% aos apoios do Incentivo ao Arrendamento, pelo período de ausência da respetiva habitação permanente;*

*(iv) Diferimento do pagamento das rendas devidas pelas famílias no âmbito do programa de arrendamento com opção de compra, pelo período de ausência da respetiva habitação permanente, localizada no concelho de Velas;*

*(v) Apoio a 100% dos custos fixos, como água e eletricidade, das moradias de habitação permanente que, por motivo de deslocação motivada pela crise sísmo-vulcânica, ficaram desabitadas;*

*(vi) Majoração de mais 50% do valor do Complemento ao Regional ao Abono de Família, devido no primeiro semestre;*

*(vii) Isenção aos utentes deslocados da sua área de residência, da comparticipação familiar nas creches, jardins de infância e ATL, com a devida compensação às instituições de origem e de destino;*

*(viii) Redução em 50% aos utentes que permaneçam na sua área de residência, da comparticipação familiar nas creches, jardins de infância e ATL, com a devida compensação às instituições de origem;*



*(ix) Redução em 50% no valor da comparticipação familiar devida pela frequência das Estruturas Residenciais para Idosos, com a devida compensação às instituições de origem.*

*b) Medidas de apoio à atividade económica:*

*(i) Pagamento, no prazo de quinze dias, às empresas e aos trabalhadores independentes dos apoios extraordinários a que se candidataram, no âmbito da crise pandémica provocada pela SARS-COV-2;*

*(ii) Apoio à manutenção dos postos de trabalho, através da compensação de remunerações na mesma proporção da redução da faturação;*

*(iii) Apoio aos Trabalhadores Independentes pela perda de rendimentos na mesma proporção da redução da faturação (a maior na comparação entre o início de 2022 e o período homólogo);*

*(iv) Apoio imediato à liquidez, na mesma proporção da redução da faturação (a maior na comparação entre o início de 2022 e o período homólogo);*

*(v) Apoio no valor de 100% dos custos fixos com rendas, eletricidade, água, gás, comunicações;*

*(vi) Negociação com as entidades bancárias de moratórias por um prazo mínimo de 18 meses, de eventuais empréstimos bancários, para investimento ou exploração, promovidos pelas empresas ou sector cooperativo, no âmbito da sua atividade, que tenham sido formalizados até ao dia 19 de março do corrente ano;*

*(vii) Diferimento, por 18 meses, dos prazos de reembolso dos apoios reembolsáveis no âmbito dos diversos sistemas de incentivos vigentes e a criar.*

*2- O período de referência para a atribuição dos apoios previstos no número anterior, tem como data de início o dia 19 de março de 2022.*

*3- Os apoios podem ser cumulativos com outros apoios públicos existentes ou a criar, e não são reembolsáveis.*

*4- A duração destas medidas é, no mínimo, de seis meses, prorrogável por iguais períodos.*



5- *As medidas devem estar regulamentadas no prazo de trinta dias após a publicação da presente Resolução”.*

---

### PROCESSO EM ANÁLISE

---

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder às audições da Câmara do Comércio da Ilha de São Jorge, do Núcleo Empresarial de São Jorge, da Câmara Municipal de Velas e da Câmara Municipal da Calheta, que decorreram no dia 29 de julho de 2022, pelas 09h30, 10h30, 11h30 e 15h00, respetivamente, bem como de um membro do Governo, audição que decorreu no dia 2 de setembro pelas 12h30.

- **Audição da Câmara do Comércio da Ilha de São Jorge:**

A audição em questão não teve lugar por falta de comparência do presidente da Câmara do Comércio e Indústria de São Jorge. Na sequência da sua ausência, o Partido Socialista propôs que esta entidade emitisse um parecer escrito acerca da iniciativa. A proposta foi aceite por unanimidade.

- **Audição do Núcleo Empresarial de São Jorge:**

A presidente do Núcleo Empresarial de São Jorge, Sandra Brasil, começou por deixar uma palavra de apreço pelas medidas já tomadas e referir que todas as propostas que sirvam para mitigar os efeitos negativos da crise sismo-vulcânica são bem-vindas para fazer avançar o tecido empresarial de São Jorge.

Aberta a primeira ronda, a deputada Isabel Teixeira (PS) interveio para questionar a presidente do Núcleo Empresarial quais os problemas apresentados pelos empresários na sequência da crise vivida e, ainda, se havia mais alguma medida a acrescentar à proposta em análise.

Em resposta, foi esclarecida que alguns empresários fazem referência a problemas com o programa apoiar.pt. Há empresas cuja majoração ou questões de elegibilidade foi feita com base numa comparação com a faturação feita em período homólogo do ano anterior, mas algumas empresas foram constituídas apenas no final de 2021, não tendo, por tal, termo de comparação. Para além do referido, há *feedback* de CAEs (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas) que não podem ser abrangidos, mas o Governo Regional comprometeu-se em analisar a



situação, e houve, até há pouco tempo, atrasos nos pagamentos, questão que foi já resolvida. Outros problemas gerais prendem-se com a falta de mão de obra qualificada, a desertificação e a dificuldade em fixar mais população na ilha.

Pedi, seguidamente, a palavra o deputado Paulo Silveira (PS) que lamentou a ausência do presidente da Câmara do Comércio e questionou qual a disponibilidade do Núcleo Empresarial em ser parceiro para ajudar, isto é, auxiliar as empresas para que elas próprias possam ultrapassar a crise sem estarem a depender de subsídios.

O deputado foi informado que o Núcleo dá ferramentas às empresas para que as mesmas se consigam manter tanto em épocas altas como em alturas adversas. Em termos de propostas, o Núcleo Empresarial de São Jorge vai aproveitar a estrutura que a Câmara do Comércio e Indústria já tem e, através de operadores turísticos, vai criar as escapadinhas com pontos do cartão continente, com pacotes para a época baixa. “É preciso garantir melhores acessibilidades à ilha de São Jorge durante o inverno e potenciar o Triângulo” (São Jorge, Pico e Faial), defendeu a empresária jorgense. A mesma defendeu também que seja criada uma linha de crédito para os empresários que pretendam investir na ilha, para que não sejam penalizados em relação aos restantes empresários da Região.

De seguida, usou da palavra a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) que questionou qual o melhor caminho a seguir – melhorar o que já foi criado, implementar novas medidas ou perspetivar outras, olhando o futuro. Quanto à desertificação, a deputada referiu que as políticas de habitação poderiam ajudar na fixação de jovens na ilha e perguntou qual o entendimento do Núcleo a este respeito, se o mesmo considera uma boa medida o arrendamento com opção de compra.

A presidente Sandra Brasil retorquiu que o melhor é aproveitar o que já existe, corrigindo o que for necessário e, neste sentido, sublinhou a abertura do Governo Regional para a melhoria de medidas já em vigor. Quanto à segunda questão, o Núcleo Empresarial considera que os alojamentos locais fizeram disparar os preços, para além de não deixarem imóveis disponíveis para arrendamento a longo prazo, pelo que considerou ser necessário alocar uma determinada percentagem de imóveis para residência fixa, embora reconheça que esta matéria poderá não ser uma competência do Governo Regional.





Na segunda ronda de questões, interveio a deputada Isabel Teixeira (PS) que, na sequência das explicações feitas pela presidente do Núcleo de Empresários, questionou se as medidas do projeto de resolução seriam uma forma de colmatar as falhas do programa apoiar.pt.

Em resposta, a deputada foi elucidada que aquando da reunião entre o Núcleo Empresarial e o Governo Regional este último mostrou já ideias concretas para mitigar a crise que se fazia sentir na ilha. Reconheceu que houve trabalho feito e que houve um esforço da parte do Executivo para responder às necessidades da população, embora algumas das soluções apresentassem falhas. Da parte dos empresários, as únicas questões levantadas foram os atrasos nos pagamentos do apoiar.pt e a falta de mão de obra qualificada, a primeira específica e já resolvida, a segunda geral.

A empresária jorgense explicou que o Núcleo pretende que se aposte na qualificação e na digitalização, o que vai ao encontro do que o próximo Quadro Comunitário também define como prioridade. Ainda sobre esta questão, afirmou que as particularidades da ilha devem ser tidas em conta e, nesse sentido, avançou com um exemplo da formação na Escola Profissional, mormente com a alteração do número mínimo de alunos para se autorizar uma formação.

Pedi a palavra o deputado Paulo Silveira (PSD) que perguntou se a isenção de pagamento à Segurança Social por parte dos empresários jorgenses, proposta apresentada pelo PSD na Assembleia da República e chumbada pela maioria socialista, teria sido uma medida importante. O deputado foi esclarecido que a atribuição de benefícios fiscais seria uma forma de compensar as perdas de rendimento, mas a presidente Sandra Brasil alertou para o facto de ser necessário uma avaliação da situação, porque a isenção poderia ser durante apenas alguns meses, uma vez que no momento atual as empresas estão a recuperar. É necessário, contudo, ter em conta que houve empresas que fizeram investimentos avultados a contar com um retorno durante a época alta, pelo que é importante averiguar, no final do ano, se tal aconteceu ou não.

“Acho que as empresas de São Jorge devem ser apoiadas, mas de forma justa e apenas aquelas que, efetivamente, registaram perda de rendimentos”, ressaltou a empresária, adiantando que o tecido empresarial da ilha não quer “subsídios”, mas apenas “ferramentas para poderem manter a sua atividade” e “seguir em frente”.

Na terceira e última ronda, pediu a palavra a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) que questionou acerca de medidas que poderiam ser implementadas na época baixa como forma de compensar o que não se conseguiu ganhar no início da época alta, tendo sido informada que o



Núcleo propôs a organização de eventos ou a deslocalização de alguns já agendados, no último trimestre, para levar pessoas à ilha.

Já a deputada Alexandra Manes (BE) quis saber se não tinha havido a flexibilidade necessária por parte do Governo Regional em integrar propostas do Núcleo Empresarial para mitigar os efeitos da crise sismovulcânica.

Em resposta, foi clarificada que o Governo Regional sempre mostrou total disponibilidade em ajudar os jorgenses e marcou uma presença assídua na ilha. Para além disso, o próprio Núcleo Empresarial tem propostas para alavancar a economia da ilha, como o sistema de escapadinhas, e a promoção do destino através da página do Núcleo. Ademais, aposta na formação de músicos e de artesãos.

Em relação às medidas do governo, explicou que o ‘voucher’ ‘Welcome São Jorge’, criado para atrair turistas à ilha, após a crise, não funcionou, em termos práticos, apesar de ter admitido que até “era uma boa medida”.

A terminar, a deputada Isabel Teixeira (PS) perguntou se a criação de incubadoras de empresas tem sido benéfica e, em relação às famílias, qual o testemunho que a própria convidada pode dar dos constrangimentos pessoais sentidos durante o período mais intenso de crise.

A presidente do Núcleo afirmou que a incubadora é uma boa ajuda para quem inicia um negócio e, em relação à segunda questão, disse que não teve quebra de rendimentos, tal como várias outras famílias.

- **Audição da Câmara Municipal de Velas:**

O presidente da Câmara Municipal de Velas, Luis Silveira, começou por fazer uma breve apreciação da iniciativa. Referiu que a mesma diferencia o setor empresarial das famílias, o que, no seu entender, é positivo, porque o primeiro teve claros prejuízos com a crise sismovulcânica, dado que a época alta começou mais tarde. Ainda que tal tenha acontecido, de momento São Jorge já voltou à plenitude do verão, com muitos turistas na ilha.

Face à crise vivida, o Governo Regional optou por auxiliar as empresas através do programa apoiar.pt. De acordo com o autarca, este foi o caminho correto e ajustado para o momento. Passados alguns meses, importa que seja feita uma avaliação a coincidir com o final do verão e outra em janeiro, para se perceber se as empresas foram descapitalizadas tendo por base uma comparação com o período homólogo do ano anterior.



É, de igual modo, importante que se tente recuperar o que não se conseguiu ganhar em abril e maio, com a deslocalização de eventos para a ilha, por forma a ter visitantes também na época baixa.

Uma situação bem diferente, segundo o presidente Luis Silveira, é aquela vivenciada pelas famílias. O edil não concorda com as medidas de apoio a famílias, uma vez que não houve uma decisão de se evacuar a Vila de Velas e os serviços, à exceção da Escola, nunca fecharam. Houve muitos jorgenses que abandonaram a ilha ou a Vila, o que é, no seu entender, perfeitamente legítimo, e foram criadas as condições necessárias para que pudessem sair da ilha, mas a realidade é que as famílias nunca perderam os seus rendimentos, pelo que a questão dos apoios poderia facilmente criar injustiças.

Aberta a primeira ronda, o deputado Paulo Silveira (PSD) pediu a palavra para solicitar uma avaliação do presidente da Câmara à ação do Governo em resposta à crise.

O autarca enalteceu a postura do presidente do Governo Regional pela sua presença efetiva em São Jorge e por responder a todas as solicitações feitas. De acordo com o edil, os apoios foram os mais adequados no início. Porém, há empresas sem histórico, o que levanta problemas ao nível da elegibilidade das mesmas para os apoios. No entanto, a situação já foi reportada ao presidente do Governo Regional para ser resolvida.

Interveio, seguidamente, a deputada Isabel Teixeira (PS) que pretendeu explicar que o projeto de resolução foi elaborado antes da apresentação das medidas por parte do Governo Regional, daí contemplar um vasto conjunto de medidas tanto para empresas, como para famílias, ao que o autarca contra-argumentou que a deputada socialista tinha conhecimento dos apoios que iriam ser ativados para os empresários da ilha, uma vez que esteve sempre envolvida nas reuniões diárias. De acordo com o presidente Luis Silveira, os jorgenses não se podem aproveitar da crise sismovulcânica, mas ele próprio também não deixará de reivindicar justiça para quem necessita dos apoios.

Já a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) começou por reconhecer o esforço do autarca na condução da situação de crise e questionou se havia mais alguma atividade pensada para desenvolver a atividade económica da ilha em época baixa, para além da deslocalização de eventos para São Jorge.



Em resposta, o presidente da autarquia das Velas explicou que ainda não há solução para apoiar as empresas sem histórico, mas a questão está a ser analisada e o próprio autarca apresentou sugestões neste sentido, sendo esta a única questão, de momento, em falta. De resto, há eventos pensados para a ilha em época baixa.

Por último, pediu a palavra a deputada Alexandra Manes (BE) que questionou se não seria uma questão de justiça apoiar as famílias visto que as mesmas foram incentivadas a sair das suas residências, em declarações do presidente do Governo Regional numa notícia em que deliberou a evacuação das fajãs.

O autarca Luis Silveira referiu que as declarações que o líder do executivo açoriano prestou diziam respeito a uma situação muito específica, algo que não pode ser extravasado para toda a ilha e em específico para o concelho das Velas. O mesmo reiterou que os apoios a famílias poderiam criar injustiças, dado que não houve perda efetiva de rendimentos nas famílias e não houve nenhum comunicado para evacuar a ilha, tendo o único erro sido o da decisão de permitir que os docentes saíssem da ilha. Acrescentou ainda que o Governo da República, ao contrário do Governo Regional, não se mostrou disponível a ajudar o setor empresarial em São Jorge. Caso tivesse aprovado a iniciativa do PSD apresentada na Assembleia da República, teria ajudado os empresários.

Na segunda ronda, o deputado Paulo Silveira (PSD) explicou que pediu ao Governo Regional que houvesse sempre forma de sair da ilha para quem quisesse, por ar ou mar, uma vez que a decisão era de cada cidadão e não se podia coartar a vontade de cada um.

Já a deputada Alexandra Manes (BE) questionou se a implementação do voucher “Welcome to São Jorge” teve impacto na liquidez das empresas e se foi uma boa medida. Quis também saber se o atraso de pagamento do apoio.pt trouxe constrangimentos às empresas e se a medida de promoção de produtos locais surtiu o efeito necessário.

O autarca esclareceu que o impacto do voucher foi residual e que os pagamentos dos apoios estão a ser regularizados. Relembrou que toda a tramitação do programa apoiar.pt é morosa. Em relação à última questão, o edil disse que nunca deixou de haver condições para a exportação de produtos, mas a medida mencionada não teve ainda o impacto desejado, uma vez que a promoção ainda não foi devidamente feita, porque não havia margem para se avançar com a mesma quando a expectativa era receber turistas na ilha, situação que aconteceu mais tarde que o habitual. O presidente da autarquia voltou a frisar que os serviços não encerraram



e que o setor privado deu um forte exemplo de como agir, uma vez que os trabalhadores por conta própria não saíram da ilha.

Na última ronda, a deputada Alexandra Manes (BE) perguntou se não deveria ser feita uma campanha de promoção para levar as pessoas a procurarem este destino ou a prolongarem a sua estada na ilha, tendo o autarca esclarecido que o verão funciona por si próprio. De qualquer forma, já tinha sido lançada uma campanha de promoção do queijo de São Jorge em todo o arquipélago e junto de operadores turísticos internacionais. Para além disso, já tinha sido acordado o patrocínio do Governo Regional. Aguarda-se somente a apresentação do produto final ao executivo regional. A par disso, as acessibilidades foram melhoradas e criou-se 50% de lugares a mais, tendo como referência o ano de 2019, nos voos de e para a ilha, o que, nas palavras do presidente da autarquia “foi o melhor que o Governo poderia ter dado a esta ilha”.

A terminar, a deputada Isabel Teixeira (PS) disse que houve uma mudança no discurso do presidente, que a 5 de abril defendia apoios às famílias, mas hoje já não concorda. Neste seguimento, perguntou o que fez com que mudasse de opinião, tendo sido esclarecida que as famílias devem ser apoiadas, mas em relação ao que perderam. Logo, aquelas que não perderam rendimento, não deverão ser apoiadas e, como nenhuma família perdeu comprovadamente rendimentos, não faz sentido que as medidas propostas pelo Partido Socialista sejam implementadas, como o pagamento da renda.

- **Audição da Câmara Municipal da Calheta:**

O presidente da Câmara Municipal da Calheta não compareceu na audição por motivos de doença. Deste modo, foi sugerido pelo Partido Socialista que fosse solicitado um parecer escrito à referida autarquia, tendo a sugestão sido aceite por unanimidade.

- **Audição do Membro do Governo Regional:**

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, fez uma breve apreciação da proposta em discussão, referindo que a mesma surgiu num período de incerteza em relação ao evoluir da crise sismovulcânica e das consequências socioeconómicas que a mesma poderia ter.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O governante deu nota das ações de apoio à população jorgense por parte do Governo Regional no período mais intenso da crise e no momento atual. Neste seguimento, e no que toca à área da solidariedade social, referiu que houve uma preocupação em apoiar as Misericórdias, nomeadamente a de Velas, que teve a necessidade de deslocalizar a sua atividade para o concelho da Calheta. Houve, igualmente, abertura da parte do Governo Regional para responder afirmativamente a todos os pedidos de apoio financeiro urgentes e inadiáveis das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Foram, ainda, formadas equipas de intervenção e apoio, numa ação conjunta entre o Serviço de Ação Social dos Açores, a Unidade de Saúde de Ilha e a Proteção Civil dos Açores. De acordo com o governante, o apoio foi feito numa constante avaliação da situação *in loco* e num acompanhamento e esclarecimento permanente das pessoas.

Na componente económica, o Secretário Regional sublinhou, com grande satisfação, a retoma da atividade turística na ilha, impulsionado pela melhoria das acessibilidades, a nível marítimo e aéreo, pela criação da linha laranja e o aumento de lugares disponíveis e a frequência de voos, respetivamente. Acrescentou que de abril a julho, houve um aumento de frequências para São Jorge que passou de 295 para 345 e, em relação aos lugares ocupados, no mesmo período, passou de 32.325 para 32.530, por comparação a 2019. Esta situação faz com que a economia de São Jorge esteja, no presente, normalizada e pujante.

A terminar, partilhou que no âmbito do programa apoiar.pt houve um valor aprovado de 934.833 euros, dos quais já foram pagos 928.844 euros. Também deu nota que no programa de manutenção de emprego (PEM) 1 e 2 houve 107 candidaturas, tendo 97 já a análise concluída, e 91, havendo 86 com análise concluída, respetivamente.

Por fim, referiu que foram pagas na totalidade as retribuições aos funcionários públicos, aos beneficiários de medidas de inserção social e aos estagiários que não compareceram no seu local de trabalho, por se terem ausentado da ilha ou do concelho devido à crise sismovulcânica.

Aberta a primeira ronda de questões, inscreveu-se a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) que, após uma nota preambular acerca dos apoios eficazes por parte do Governo Regional, deixou a preocupação em relação aos empresários que não tinham o comparativo de faturação com período homólogo do ano anterior por terem sido constituídas apenas no final de 2021, não podendo, deste modo, usufruir dos apoios disponíveis, ficando em situação de desigualdade em relação aos demais.



Em relação a estas situações, o governante asseverou que está a ser analisada uma fórmula de cálculo para que as 19 empresas em causa possam beneficiar do apoio.

De seguida, o deputado Paulo Silveira (PSD), deixando também uma nota de satisfação em relação ao trabalho já desenvolvido pelo Governo Regional, questionou o responsável pela pasta das Finanças acerca do futuro, isto é, se o Governo estará disponível para auxiliar os empresários com medidas que ajudem a prolongar os bons resultados verificados na época alta.

Em resposta à questão colocada, o governante garantiu que, em função das propostas apresentadas pelos empresários, o Governo está disponível para apoiar a promoção das iniciativas e um sinal desta vontade está no aumento das frequências e lugares para a ilha, uma questão que poderá até ser reajustada caso haja um aumento de procura daquele destino.

Por último, interveio a deputada Isabel Teixeira (PS) que afirmou que houve perdas de rendimentos de algumas famílias, mas foram situações pontuais. Para as empresas, os meses de julho e agosto foram excecionais, mas nem todas as empresas se conseguiram candidatar aos apoios do programa [apoia.pt](http://apoia.pt) para fazerem face às perdas de rendimentos dos meses anteriores. Neste seguimento, perguntou se o Governo pensou em alguma medida que possa ajudar os empresários a recuperar o que era expetável terem faturado meses de abril e maio.

Em réplica, a deputada foi esclarecida que o Governo Regional demonstrou estar ao lado dos jorgenses, em termos sociais e económicos, na medida do necessário, encontrando soluções para os empresários que não podiam beneficiar das medidas já existentes. Para além disso, o governante lembrou que o número de passageiros desembarcados em São Jorge, entre abril e julho, ultrapassou os valores de 2019, o que demonstra a grande aposta feita nas acessibilidades como forma de alavancar a economia da ilha. O Secretário Duarte Freitas reafirmou o compromisso de ajudar a estender a época alta, de modo a que a ilha continue a tirar dividendos que possam colmatar as perdas do passado.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu o seguinte parecer escrito:

Câmara do Comércio da Ilha de São Jorge.



**POSIÇÃO DOS PARTIDOS SEM DIREITO A VOTO NA COMISSÃO**

---

O **Grupo Parlamentar do BE** emite parecer **de abstenção com reserva de posição para plenário** relativamente à presente iniciativa.

---

**VOTAÇÃO DOS PARTIDOS**

---

O **Grupo Parlamentar do PS** emite parecer **favorável** relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do PSD** emite parecer **de abstenção com reserva de posição para plenário** relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do CDS-PP** emite parecer **de abstenção com reserva de posição para plenário** relativamente à presente iniciativa.

A **Representação Parlamentar do CH** emite parecer **de abstenção com reserva de posição para plenário** relativamente à presente iniciativa.

A **Representação Parlamentar do IL** emite parecer **de abstenção com reserva de posição para plenário** relativamente à presente iniciativa.

---

**CONCLUSÕES E PARECER**

---

Com base na apreciação efetuada, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, com os votos a favor do PS e a abstenção do PSD, CDS-PP, CH e do IL com reserva de posição para Plenário, emitir **parecer favorável** relativamente ao presente Projeto de Resolução.





Ponta Delgada, 5 de setembro de 2022.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório encontra-se anexo o parecer escrito.

O Presidente

(J. Joaquim F. Machado)



Exmo. Sr. J. Joaquim F. Machado,  
Pres. da Comissão Especializada Permanente dos  
Assuntos Sociais.

S/referência:S/2447/2022

S/comunicação:

N/referência: 19/2022

Velas, 08/08/2022

**Assunto: Pedido de parecer sobre o projeto de resolução n.º 106/XII**

Vimos pelo presente dar resposta à solicitação, comunicando o seguinte:

Relativamente às medidas de apoio à atividade económica, propostas no projeto de resolução em apreço, subscrevemos na íntegra a necessidade e a urgência das mesmas, sublinhando que esta Câmara tem vindo a reivindicar novas medidas, mais robustas, ambiciosas e eficazes, constatando que até ao momento, as medidas implementadas têm sido insuficientes e ineficazes. É de notar que, a atividade empresarial que direta e indiretamente dependente do Turismo, não florescerá usufruindo apenas dos dois meses da época alta, que este ano se acentuou, menos ainda servirá este período para ressarcir estes setores dos fortes prejuízos resultantes desta crise. Torna-se portanto essencial compensar os prejuízos do período, mas também investir intensivamente no alargamento da época alta em curso e seguintes.

No que concerne às medidas de apoio às famílias, é de fazer notar o ponto de vista dos empresários, que viram a sua atividade afetada não só pela ausência de clientes, mas também pela ausência dos seus funcionários, pelo que parece contraproducente apoiar funcionários absentistas, em detrimento dos que responsabilmente asseguraram as suas funções profissionais.

Com os melhores cumprimentos,  
O Pres. da Direção,  
Mário Veiros.